

### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_/2021.

Determina a obrigatoriedade de circulação de todas as frotas de transportes coletivos de passageiros na cidade do Recife enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.

- Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade de circulação de todas as frotas de transportes coletivos de passageiros na cidade do Recife enquanto perdurar o estado de calamidade pública originado pela pandemia da COVID-19 e determinado pelo Decreto Municipal nº 34.300, de 8 de janeiro de 2021.
  - Art. 2º A empresa que descumprir esta Lei sofrerá as seguintes penalidades:
- I na primeira autuação, notificação para o cumprimento da Lei em até 24h (vinte e quatro horas); e
- II em caso de reincidência, multa de R\$ 10.000,000 (dez mil reais) por dia de descumprimento.
  - Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, após a sua publicação.
  - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Recife, 29 de março de 2021.

Dani Portela Vereadora do Recife

Ivan Moraes Vereador do Recife



#### **JUSTIFICATIVA**

Os trabalhadores e trabalhadoras do transporte coletivo (rodoviários/as e metroferroviários/as), que, diariamente, conduzem milhares de pessoas na Região Metropolitana do Recife desde o início da pandemia têm vivenciado níveis altos de exposição ao Sars-CoV-2 e não têm recebido qualquer atenção do Poder Público.

É fundamental destacar que somos a capital do terceiro estado da Região Nordeste com mais confirmações e óbitos de casos de COVID-19. Em Pernambuco, batemos a triste marca de 11.510 mortes por COVID-19 (dados atualizados em 18 de março de 2021, às 18h¹). Infelizmente, as vidas que se foram não serão recuperadas, mas podemos, por meio de medidas eficazes, evitar que mais vidas sejam perdidas e garantir aos poucos que retomemos as nossas atividades.

Uma das principais recomendações de profissionais da área de saúde para evitar o contágio da COVID-19 é que as pessoas evitem o uso do transporte público. Se esse pedido já é praticamente impossível para a grande maioria da classe trabalhadora, o que falar da categoria que desenvolve toda a sua carga horária dentro de um ônibus ou metrô lotado? O trabalho desses profissionais é realizado em contexto de superlotação, onde o distanciamento social é quase impossível.

Um estudo feito pela Universidade Federal de São Paulo (2020) aponta que os distritos com mais mortes por COVID-19 são exatamente os com maior utilização de transporte público. Esse estudo cria um índice que relaciona deslocamentos em SP a mortes por coronavírus. Nesse índice, quanto mais próximo do número 1, maior a correlação com mortes. Para usuários do transporte público, esse levantamento foi de **0,8**, já para pessoas que utilizam carro particular, foi de **0,3** (com quem utiliza transporte público, a relação com a morte por COVID-19 é mais que o dobro).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/



Outro estudo realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro revelou que rodoviários têm 71%<sup>2</sup> de probabilidade de contrair coronavírus. Essa informação revela o altíssimo grau de exposição desses profissionais.

Em outra pesquisa, desta vez local, feita pela Articulação Recife de Luta e divulgada no dia 13 de março pela Marco Zero Conteúdo<sup>3</sup>, foram monitorados cinco trajetos e sete linhas no sentido subúrbio/cidade: Alto José Bonifácio/João de Barros; UR-2 (Ibura)/Trancredo Neves; Paratibe/Pelópidas; Pelópidas/PE15; PE15/Afogados; Rio Doce/CDU; T.I/Xambá (Cabugá). Em 69% do percurso, foi constatada a lotação indevida; em 13%, o máximo tolerável e, em 18%, foi cumprido o parâmetro definido pela Organização Mundial de Saúde, uma pessoa por metro quadrado.

É inadmissível também que tenha havido aumentos expressivos, como foi o de ônibus em 8,7% em fevereiro, com passagem chegando a custar R\$ 5,10 e, recentemente, do metrô, com passagens custando R\$ 4,25. É importante destacar que, no intervalo de um ano e oito meses, esse é o sétimo reajuste do metrô e que é visível que o fim dos subsídios nas tarifas, que tem gerado esses aumentos, faz parte do avanço da privatização do sistema planejada pelo Governo Federal. O transporte é direito constitucional.

Tão grave quanto as lotações é a extinção de linhas de ônibus, como é o caso da linha 332-Totó (Abdias de Carvalho), sobre a qual a comunidade pede o seu retorno. Para piorar o cenário caótico para a categoria dos rodoviários aqui apresentados, empresas permissionárias de ônibus estão reduzindo suas frotas sob a desumana alegação de que a procura pelos transportes diminuiu. Ora, se a orientação atual é que a população que puder fique em casa para diminuir a propagação do vírus que transmite a COVID-19, a redução de demanda deveria ser motivo de alegria para toda a sociedade.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> https://summitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-caminho/motoristas-de-onibus-estao-70-mais-vulneraveis-ao-coronavirus/

 $<sup>^3 \</sup> https://marcozero.org/estudo-expoe-gargalos-de-lotacao-e-falta-de-protecao-a-covid-19-nos-onibus-do-grande-recife/$ 



Além disso, a redução foi um dos motivos que levou a categoria dos rodoviários a reivindicar em diversos atos deste mês de março o planejamento de 100% (cem por cento) das frotas de ônibus nas ruas como uma estratégia de evitar aglomeração e preservação de suas vidas e dos usuários do transporte público.

Nesse sentido, apresentamos acima o Projeto de Lei que proíbe redução das frotas de transportes coletivos enquanto durar a pandemia da COVID-19 no município do Recife. Caso aprovada, a iniciativa servirá como medida efetiva no enfrentamento ao coronavírus e ajudará a proteger rodoviários/as, metroferroviários/as e toda a população recifense.

Por isso, pedimos aos/às ilustres Pares desta Casa Legislativa a aprovação da referida Proposição.

Câmara Municipal do Recife, 29 de março de 2021.

Dani Portela Vereadora do Recife

Ivan Moraes Vereador do Recife